

Transnacionalização dos feminismos: consolidação no âmbito das Nações Unidas

Renata Guimarães Reynaldo (1) e Luzinete Simões Minella (2)

1- Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ) e coordenadora do Projeto de Extensão Debates Pós-coloniais e Decoloniais.

2- Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG/UFSC) e membra da Rede Brasileira Mulheres Cientistas e da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Professora aposentada do Departamento de Sociologia e Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política e Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

1. Introdução

A transnacionalização dos feminismos, cujas raízes remontam ao seu surgimento enquanto movimento organizado de reivindicação pelos direitos das mulheres ao longo do século XIX, se consolida em torno da órbita institucionalizada da Organização das Nações Unidas a partir da criação do Ano Internacional e o início da primeira Década das Mulheres no âmbito da Conferência da ONU ocorrida no México em 1975. [1] Passou assim a reunir crescentemente movimentos e organizações de mulheres do Norte e do Sul Global, atingindo seu ápice com a Conferência de Pequim em 1995, quando começou a perder seu vigor e seu caráter de fórum transnacional (Antrobus, 2004; Snyder, 2006).

Com o intuito de melhor compreender este processo, o presente artigo tem por objetivo analisar as relações entre feminismos do Norte e do Sul Global no espaço

transnacional de mobilização promovido pelas Nações Unidas, cujos marcos centrais são as quatro conferências mundiais sobre as mulheres acontecidas no México em 1975, em Copenhague em 1980, em Nairobi em 1985 e em Pequim em 1995. A análise será fundamentada particularmente nos aportes feministas pós-coloniais, decoloniais e dissidentes – ou Feminismos do Sul.

Importa destacar que Norte e Sul são entendidos aqui, como bem pontua Chandra Mohanty (2003), não como conceitos geográficos, mas como conceitos complexos e metafóricos relativos às relações de poder que formam os espaços sociais e que podem ser observados em diferentes escalas de análise (local, nacional, regional, internacional e global), podendo assumir distintas dinâmicas em cada uma delas. A partir desta ótica, o Norte seria formado não apenas pelos países e regiões economicamente mais desenvolvidos e

politicamente influentes do sistema internacional, mas também por pessoas, comunidades e instituições que ocupam uma posição dominante e privilegiada na geopolítica global, as quais situam-se em sua maioria nos países do Norte, na América do Norte e Europa Ocidental, mas não apenas; assim como os subalternizados e marginalizados que constituem o Sul não estão circunscritos apenas aos países ou regiões do Sul Global ou ao resto do mundo não europeu/euramericano. É possível concluir, portanto, que existe o Norte dentro do Sul e vice-versa.

A metodologia fundamentou-se na revisão da literatura sobre a transnacionalização dos feminismos em torno da esfera institucionalizada da ONU, para cuja análise serão fundamentais os trabalhos de Peggy Antrobus (2004), Aili Mary Tripp (2006), Margaret Snyder (2006), Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998), Francesca Miller (1991), Sonia Alvarez (2000, 2014), entre outras. Será dado particular enfoque a perspectivas feministas do Sul, subalternas e pós-coloniais, a partir dos trabalhos de Chandra Mohanty (2003), Mehmoona Moosa-Mitha e Fariyal Ross-Sheriff (2010), Amrita Basu (2000), Temma Kaplan (2001), Manisha Desai (2002; 2005), Nancy Naples (2002) e Ara Wilson (2008).

O texto será dividido em quatro seções, dentre as quais nas três primeiras serão abordadas as quatro conferências mundiais mencionadas, interpretadas tanto em seus contextos

internacionais mais amplos quanto em relação às concepções de desenvolvimento adotadas pela Organização.

Na primeira seção, apresentaremos o panorama dos feminismos no pós-Segunda Guerra e os acontecimentos que levaram à declaração do ano e da década internacional das mulheres, assim como as duas primeiras conferências, acontecidas no México em 1975 e em Copenhague em 1980. Na segunda seção, tendo por base o estudo das fases do neoliberalismo e da implementação da globalização neoliberal na década de 1980, assim como seus impactos para a condição das mulheres no mundo e para a percepção de desenvolvimento adotada pela ONU, trataremos da terceira conferência acontecida em Nairobi e da conclusão da década das mulheres. Na sequência, analisaremos na terceira seção a década de 1990, compreendida a partir das fases do neoliberalismo, em que importantes conferências foram realizadas pela ONU com participação fundamental de movimentos e organizações feministas, com destaque para a quarta, última e mais emblemática conferência mundial sobre as mulheres, acontecida em Pequim em 1995. Entendida como ápice do processo, Pequim não encerra a transnacionalização dos feminismos promovida pela ONU, mas marca o momento a partir do qual o processo começa a perder vigor na virada de século, quando passa a coexistir com um novo momento de

transnacionalização, mais autônomo e integrante do movimento maior de contestação à globalização neoliberal.

Por fim, na quarta e última seção, analisaremos a consolidação dos feminismos transnacionais na esfera institucionalizada das Nações Unidas, seus impactos e limitações, com destaque para a dinâmica das relações entre feminismos do Norte e do Sul Global e para o protagonismo de grandes ONGs internacionais durante este processo.

2. As duas primeiras Conferências Mundiais sobre as Mulheres: México (1975) e Copenhagen (1980)

O mundo que emergiu das cinzas da Segunda Guerra Mundial foi profundamente marcado pela disseminação de movimentos de liberação nacional pelos países antes colonizados e pela emergência e ressurgência de movimentos feministas nos anos 1960.

Para Peggy Antrobus (2004), a ampliação da participação de países do Sul na ONU naquele período ampliou a presença de mulheres com histórico de participação nos movimentos de libertação nacional, as quais contribuíram para a mudança do tom da organização, inicialmente dominada por homens. Corroborando e complementando este entendimento, Margaret Snyder (2006) aduz que, quando 54 antigas colônias ingressaram na ONU nos anos 1950 e 1960, trouxeram a questão da pobreza e para a agenda das Nações Unidas. Como resultado deste crescimento

entre suas integrantes, a Comissão para o Status das Mulheres passou de 06 representantes dos países do Sul Global em 1960 para dezenove em 1969, e as mulheres destes novos países membros – oriundos dos continentes africano e asiático - impuseram transformações na agenda da Comissão, incluindo o debate sobre desenvolvimento.

Além disso, como aponta Millie Thayer (2010), com a ressurgência do feminismo em algumas partes do mundo no início da década de 1970 e seu impacto no discurso público dos países do Norte, feministas atuantes na esfera internacional, inclusive trabalhando nas Nações Unidas e outras instituições internacionais, começaram a defender uma maior atenção às questões das mulheres.

Neste cenário de transformação nas Nações Unidas e em resposta às pressões vindas dos movimentos feministas, a partir de uma proposta feita por uma organização de mulheres em uma reunião de 1972 da Comissão das Nações Unidas sobre o Status das Mulheres em Genebra, na Suíça, a Assembleia Geral da ONU proclamou que 1975 seria o ano Internacional das Mulheres. Foi marcada para o mesmo ano a primeira conferência mundial a ser realizada na cidade do México entre 19 de junho e 2 de julho, dando-se início à década das mulheres da ONU (Miller, 1991).

Mais de 8000 pessoas no total, dos quais 70% eram mulheres, compareceram à Conferência principal

do México e à Tribuna, uma reunião paralela da qual participaram representantes de organizações de mulheres e pessoas interessadas. Na Conferência principal compareceram delegados de 133 países, metade dos quais eram homens e muitos dos quais eram mulheres parentes ou esposas de chefes de Estado. Foi nas sessões da Tribuna que as mulheres latino-americanas fizeram sentir sua presença mais fortemente. Das aproximadamente seis mil pessoas que participaram da Tribuna a vasta maioria era do Sul, Centro e Norte América. Os temas, tanto do Ano quanto da Conferência, foram Igualdade, Desenvolvimento e Paz, e um plano mundial de ação foi rascunhado na reunião em torno destes temas (Antrobus, 2004; Miller, 1991).

Peggy Antrobus (2004) afirma que os debates da conferência se centraram naquelas preocupações básicas das mulheres que encontravam apoio na maioria dos Estados-membros, o que acabou por deixar de fora da discussão neste momento inicial questões como orientação sexual, violência e sexualidade, que em reuniões posteriores, quando as mulheres encontraram confiança e poder para avançar nos debates, vieram então a aparecer. Para a autora, as diferenças entre Norte e Sul eram bastante visíveis no clima geopolítico de meados da década de 1970, e nos países industrializados do Norte havia pouco entendimento sobre as realidades das mulheres de países

do Sul. Nos relatórios da conferência podem ser observadas referências frequentes à distinção entre as perspectivas ‘feminista’ [que corresponderia ao Norte] – que via o pessoal como político em termos de experiência individual - e do ‘mundo em desenvolvimento’ [que corresponderia ao Sul] – segundo a qual a igualdade para as mulheres só seria possível depois de feitas mudanças econômicas e sociais (Antrobus, 2004). Conforme Aili Mary Tripp (2006), muitas mulheres do Sul, por exemplo, acusaram mulheres do Norte de irem à conferência do México presumindo que um quadro comum de ação seria obtido a partir de uma orientação feminista específica, enquanto mulheres do Sul tendiam a focar em como os problemas das mulheres eram definidos por preocupações políticas que não eram vistas como específicas de gênero, como o imperialismo.

Corroborando a existência de diferenças entre Norte e Sul naquele evento, Margaret Snyder (2006) relata que enquanto mulheres dos países industrializados enfatizavam a igualdade de gênero no local de trabalho e em casa, as vindas de países em desenvolvimento questionavam como seria possível às mulheres atingir igualdade em contextos em que suas nações estavam sujeitas às agruras das desigualdades econômicas globais ou sofriam com sistemas de apartheid que oprimiam homens e mulheres. Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) reforçam a

existência de cisões na Conferência do México, frequentemente retratadas como uma divisão Norte-Sul, e afirmam que um debate acirrado aconteceu na ocasião entre feministas dos países do Ocidente, que demandavam igualdade de gênero, e mulheres do mundo em desenvolvimento, focadas nas questões de desenvolvimento e justiça social que afetavam homens e mulheres.

Os conflitos entre mulheres do Norte e Sul Global na reunião ficaram evidentes no episódio protagonizado na Tribuna pela mineira boliviana Domitila Barrios de Chungara e a teórica estadunidense Betty Friedan, tal como relatado por Francesca Miller (1991). A agenda da Tribuna havia sido elaborada por mulheres intelectuais de classe média europeias e norte-americanas, e eram, portanto, absolutamente estranhas à realidade vivida por Domitila e pelas mulheres do Sul. Houve entre elas um ruidoso debate e Domitila se tornou o símbolo de que as questões das mulheres na ONU não poderiam apenas ser definidas pelas oriundas das classes dominantes, privilegiadas e que também se beneficiavam com o trabalho das outras vinculadas a outras classes, etnias, gerações etc.. Após o evento, o depoimento de Domitila foi publicado sob o título “Se me deixam falar... testemunho de Domitila uma mulher das minas da Bolívia”, e sua percepção como mulher do Sul e latino-americana não só desafiou as feministas do Norte a reavaliarem sua

posição como também acabou refletido no Plano de Ação da Conferência (Miller, 1991). Apesar das diferenças, mulheres do mundo todo concordaram em muitas questões, tais como a necessidade de uma convenção internacional a ser assinada por todos os governos. Seguindo esta vontade, resultou da Conferência um Plano Mundial de Ação para as Mulheres. (Antrobus, 2004; Snyder, 2006). Além disso, aduzem Keck e Sikkink (1998), a Conferência do México encorajou a formação de redes.

Como ressalta Antrobus, o resultado da Conferência não foi tão impactante quanto se esperava, mas constituiu o primeiro passo para a concretização de previsões feitas na apresentação do Plano Mundial de Ação e o início de um processo que de fato mudou a vida de muitas delas. Na senda do Ano Internacional das Mulheres, afirma a autora, os objetivos do Plano de Ação passaram a ser imediatamente perseguidos por mulheres de todo o mundo. Mecanismos especiais foram estabelecidos nas burocracias governamentais e em instituições internacionais, novas organizações de mulheres foram criadas e outras antigas ganharam impulso, programas de estudos de mulheres foram estabelecidos em muitas universidades ao redor do mundo e pesquisas foram desenvolvidas para preencher as lacunas de dados. Ainda durante o México, a Assembleia Geral da ONU recomendou e mais tarde adotou a

realização de uma Década das Mulheres entre 1976 e 1985, a qual foi essencial para “a construção de um movimento global de mulheres da maior diversidade imaginável” (Antrobus, 2004, p. 61).

Pouco após a Conferência, foi adotada pelas Nações Unidas a Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, na sigla em inglês), frequentemente descrita como a Carta de Direitos Humanos para as Mulheres, contando com a adesão de um total de 189 Estados-membros. Como decorrência e por determinação da CEDAW, foi instituído em 1989 o Comitê CEDAW, passando a entrar em vigor em 1981 com o intuito de verificar o progresso obtido com relação aos direitos das mulheres nos Estados-partes da Convenção (United Nations, 2021).

Nos anos 1970, a ONU conduzia sua Segunda Década de Desenvolvimento, a qual, de acordo com a autora, concentrou suas estratégias no papel do Estado para promover igualdade e assim conciliar a demanda por desenvolvimento social trazida pelos Estados pós-coloniais com os imperativos de crescimento econômico. Havia um clima internacional de preocupação e cooperação acerca das questões de igualdade no desenvolvimento e, neste cenário, o Banco Mundial teve seu protagonismo no debate sobre o desenvolvimento substituído por Agências da ONU como a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

(Antrobus, 2004).

A concomitância com a segunda década de desenvolvimento da ONU dos anos 1970 colocou o foco da década das mulheres no desenvolvimento, fazendo surgir o conceito e o movimento denominado Mulheres em Desenvolvimento (MeD, ou WID na sigla em inglês) (Antrobus, 2004). Para Sonia Alvarez (2014), o MeD, nos anos 1970 e 1980, tornou o desenvolvimento um catalisador para movimentos de mulheres no mundo todo e resultou em uma série de programas aplicados no Sul a partir de recursos financeiros vindos do Norte Global para integração das mulheres e superação de obstáculos ao desenvolvimento, oferecendo suporte material aos movimentos de base das mulheres e legitimando o discurso da equidade de gênero que emergia de lutas feministas. Seus efeitos no Sul Global, no entanto, foram paradoxais, uma vez que a execução dos programas de desenvolvimento – que buscavam também neutralizar a inquietação social diante do avanço do neoliberalismo e redução do Estado – contava muitas vezes com o trabalho voluntário ou pouco remunerado dos movimentos de mulheres de base, reforçando papéis de gênero de cuidado e subvalorizando o trabalho feminino, ao mesmo tempo em que desmobilizavam e excluíam as mulheres locais das esferas de decisão ao atuarem de forma profissionalizada, hierarquizada e verticalizada, de cima para baixo.

Em meio à Década das

Mulheres, foi realizada em Copenhagen em 1980 a segunda conferência mundial das Nações Unidas sobre as mulheres, que pretendia ajustar os programas para a segunda metade da Década das mulheres e teve por enfoque os subtemas da educação, emprego e saúde (Antrobus, 2004). Nela, como firma Aili Mari Tripp (2006), tensões entre Norte e Sul foram ainda maiores do que as observadas na Conferência do México, com as mulheres do Sul desafiando as mulheres do Norte a tratarem as questões de desenvolvimento como preocupações das mulheres.

Ainda em comparação com a Primeira Conferência, como analisa Peggy Antrobus (2004), em Copenhagen o número de mulheres participantes cresceu bastante, tanto na Conferência principal, que recebeu em torno de duas mil, quanto no Fórum de ONGs (o equivalente à Tribuna no México), que recebeu aproximadamente oito mil. Como lembra Francesca Miller (1991), no entanto, a absoluta maioria era de origem europeia. As mulheres, segundo Antrobus (2004), estavam também mais confiantes e preparadas, como resultado das experiências adquiridas pela participação em projetos e programas, ativismo e elaboração de políticas desde o México. Elas haviam também começado a trabalhar juntas através das fronteiras nacionais, dos níveis local para o global, e estabelecer redes. Além disso, um nível muito maior de

embasamento foi atingido, já que, desde 1975, estatísticas, pesquisas e análises haviam sido grandemente elaboradas e disseminadas, possibilitando às mulheres uma maior compreensão das questões com as quais lidavam e da complexidade de sua condição.

Em decorrência de todos estes processos, a Segunda Conferência e seu Fórum foram muito mais contenciosos e mais reflexivos das situações das mulheres em um mundo dividido por grandes desequilíbrios nos poderes políticos e econômicos. Como destaca Francesca Miller (1991), as divisões políticas nacionais ficaram bastante evidentes, relegando as discussões sobre as questões das mulheres a segundo plano, enquanto os governos buscavam promover suas próprias imagens e necessidades, e assim desviar a atenção das suas responsabilidades por perpetuar a subordinação feminina. Delegadas da África, América Latina e Oriente Médio interromperam as sessões e boicotaram falas. Copenhagen foi marcada também por disputas sobre quem deveria dominar o discurso internacional no movimento de mulheres, se países de primeiro ou terceiro mundo, comunistas ou capitalistas, desenvolvidos ou menos desenvolvidos, revelando assim que a dicotomia entre Leste e Oeste estava se dissolvendo em função dos desafios levantados por africanas, asiáticas e latino-americanas.

Antrobus (2004) afirma que, durante a Conferência, uma série de

questões que não eram novas para as mulheres apareceu pela primeira vez na agenda de um evento patrocinado pela ONU, uma instituição marcada pela dominação masculina. Foram discutidas as desigualdades das mulheres enquanto resultado de processos históricos que produziram uma divisão de trabalho baseada em suas funções reprodutivas. Também foi debatida a pobreza crescente da maioria das mulheres em países em desenvolvimento, resultante de estruturas econômicas injustas como o capitalismo, colonialismo e neocolonialismo. A violência sexual e doméstica e a questão da circuncisão feminina foram igualmente abordadas pela primeira vez. Apesar destas novidades, o termo ‘patriarcado’ ainda era tabu nos debates da conferência, e ficou claro que atitudes, costumes e leis que enraizavam o poder e o privilégio masculino não seriam tão facilmente mudados. Esta resistência, somada à falta de uma mais clara articulação das análises sobre questões sociais, econômicas, políticas e culturais pelas participantes, silenciou discussões que pudessem trazer novas perspectivas. Os avanços tiveram que esperar até as conferências dos anos 1990, em particular a Conferência de Pequim.

3. A década de 1980 e a terceira Conferência Mundial sobre as Mulheres (Nairobi, (1985)

Para melhor compreender este contexto histórico a partir de uma perspectiva global, importante lembrar

que o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi o momento que Peck e Tickell (2002) destacam como a primeira transição do neoliberalismo de modelo filosófico e teórico para sua implementação política com a emergência dos governos conservadores de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Iniciava-se então, em um contexto de crise econômica mundial e severas críticas ao Estado de bem-estar social, o que chamaram neoliberalismo “roll-back”, centrado no mercado e na priorização dos direitos individuais sobre os sociais. Naquele período, com a mobilização do poder estatal para disseminar políticas neoliberais, os programas de ajuste estrutural começaram a ser impostos aos países do Sul que recorriam a empréstimos das Instituições Financeiras Internacionais (IFI).

Os anos 1980 marcaram assim uma virada. O “desenvolvimento” identificado com conquistas socioeconômicas a partir da atuação estatal começou sua queda de popularidade entre os países doadores mais comprometidos (SNYDER, 2006) e os debates internacionais sobre equidade e participação iniciados nos anos 1970 tiveram um fim abrupto (ANTROBUS, 2004). A formação de uma aliança pelos governos Reagan e Thatcher a partir no início dos anos 1980 levou à substituição do consenso da década de 1970 (sobre como alcançar os objetivos de um desenvolvimento socioeconômico de base ampla) pelo Consenso de

Washington [2], marcando a adoção de uma agenda neoliberal e o abandono das estratégias para uma Terceira Década de Desenvolvimento. Como resultado, o planejamento de desenvolvimento passou a se basear no quadro de políticas macroeconômicas de ajuste estrutural e estabilização, e o FMI se tornou a instituição internacional que passou a moldar os debates sobre desenvolvimento. Assim o poder sobre as políticas dos países pobres foi gradualmente transferido para as instituições financeiras internacionais, que priorizavam os interesses do capital internacional sobre aqueles das pessoas. Como consequência, as organizações da ONU para cooperação em desenvolvimento que focavam no bem estar humano perderam voz (Antrobus, 2004; Snyder, 2006).

Margaret Snyder (2006) lembra que a década de 1980 foi amplamente intitulada ‘a década perdida’, embora o período tenha sido apenas a culminação de um amplo processo. A globalização econômica progredia e o cenário internacional se tornava crescentemente desigual à medida em que os países do Norte, destacadamente os EUA, passaram não só a pregar como a implementar o neoliberalismo. Como consequência, diante da oposição firme ao crescimento do setor público e ao controle governamental nacional e internacional sobre a economia, as forças de mercado dominavam, os poderes dos Estados do Sul Global foram grandemente diminuídos e

questões como pobreza, equidade, necessidades básicas e desenvolvimento humano foram riscadas da agenda global.

Durante a “década perdida”, segundo Peggy Antrobus (2004), a disseminação das políticas neoliberais foi consubstanciada no Consenso de Washington por meio do mecanismo de condicionalidades ligadas aos empréstimos do FMI e Banco Mundial aos países do Sul Global – os Programas de Ajuste Estrutural (PAEs). Embora voltado aos países endividados, o quadro de políticas se tornou referência para todos os países que quisessem se ‘modernizar’. Ao longo dos anos dolorosos nos quais se estabeleceram os PAEs, os únicos recursos disponíveis pelos Estados eram usados para pagar a dívida.

Com o privilégio conferido pelas políticas macroeconômicas à produção econômica em relação à reprodução social, e o resultante corte de serviços sociais, as mulheres – centralmente responsáveis pela esfera reprodutiva no modelo familiar patriarcal tradicional -, foram particularmente afetadas de três formas: pela redução de emprego nos setores sociais em que são presença predominante; pela redução do acesso a serviços que são essenciais para lidar com sua dupla jornada produtiva e reprodutiva; e pelo aumento da demanda de seu tempo para desempenhar os serviços não mais oferecidos pelo Estado (Antrobus, 2004).). Além disso, a intensificação da globalização neoliberal impactou

particularmente as mulheres do Sul por meio da exploração da mão-de-obra feminina precarizada por empresas transnacionais e pelo agronegócio; da formação de cadeias globais de cuidado e pelo aumento dos fluxos transfronteiriços de exploração como o tráfico sexual [3]. Para Antrobus (2004), os PAEs evidenciaram os impactos das forças globais e macroeconômicas nas vidas das mulheres, especialmente no Sul, e como heranças do colonialismo continuavam a operar em um mundo pós-colonial, em um padrão de relações ainda mais insidioso, chamado pela autora de neocolonial.

Os movimentos de mulheres passaram, portanto, naquele momento histórico, a compreender que as desigualdades e injustiças enfrentadas pelas mulheres, se baseava na exploração de seu tempo, seu trabalho e sua sexualidade. Tal entendimento da instrumentalização do gênero pelo neoliberalismo e seu impacto sobre os pobres, especialmente mulheres do Sul, resultou na radicalização de grandes setores dos movimentos de mulheres no mundo todo. Com isto, de acordo com a autora, os anos 1980 ofereceram uma visão mais holística da situação das mulheres, legando aos seus movimentos um novo entendimento do como as relações de poder entre Norte e Sul Global afetaram as políticas adotadas por seus governos. Este entendimento, ao oferecer um quadro analítico mais profundo aos movimentos de mulheres, especialmente do Sul,

ajudou a substituir a definição estreita de ‘questões de mulheres’ por ‘perspectivas de mulheres’ acerca de uma ampla gama de questões.

Pode-se concluir então que, no contexto de disseminação do neoliberalismo ‘roll-back’ nos anos 1980, com a ascensão de governos conservadores no Norte propagando a doutrina neoliberal e impondo aos países do Sul as políticas de ajuste estrutural, não obstante as resistências dos setores populares, as condições das mulheres continuaram a se deteriorar durante a sua década na ONU. Neste sentido, a implementação do Programa de Ação de Copenhague foi dificultada, apesar dos tremendos esforços dos movimentos, do comprometimento daqueles que trabalhavam nas burocracias estatais e agências internacionais para implementar as agendas produzidas pelas conferências anteriores e dos recursos providenciados pelos governos, fundações e outros doadores no período (Antrobus, 2004). Os resultados frustrantes dos primeiros programas para aumentar a participação das mulheres na economia e o aumento das tensões entre feminismos do Norte e do Sul desestimularam os mais fervorosos defensores do movimento ‘Mulheres em Desenvolvimento’, que se enfraqueceu (Keck; Sikkink, 1998; Snyder, 2006).

Como bem apontam Margaret Keck e Kathryn Sikkink (2006), para muitas ativistas estava claro que o problema era sistêmico e desafiava os

esforços de mudanças individuais ou em grupos. Por isso, sem tratar a raiz do problema, lidando não só com o status subordinado das mulheres, mas também com as desigualdades econômicas globais, não seria possível melhorar sua posição econômica.

Em meados da 'década perdida' aconteceu em Nairobi em 1985 a Terceira Conferência Mundial Sobre as Mulheres, marcando o término da década das mulheres da ONU. Apesar do difícil contexto político internacional, a Conferência de Nairobi, de acordo com Peggy Antrobus (2004), marcou um significativo avanço com relação às anteriores quanto à experiência das mulheres participantes, seu nível de consciência acerca da complexidade dos obstáculos a serem vencidos, seu intuito de lidar de fato com questões que ainda não haviam sido enfrentadas e o número de mulheres nas delegações, que foi superior ao de homens. A ordem para a conferência era produzir estratégias para o futuro, avaliando os progressos feitos no decorrer da Década e os obstáculos para a implementação das recomendações das conferências do México e Copenhague, com foco nas táticas que as levariam adiante. Foram tratadas na ocasião questões como as violências contra as mulheres, pornografia, o abuso de mulheres e crianças e o acesso de mulheres à justiça (Antrobus, 2004). Mas além disso, como lembra Aili Mary Tripp (2006), sobre o primeiro aspecto, os sentidos foram ampliados de violência

doméstica e estupro para violências causadas pela privação econômica, ajuste estrutural, degradação ambiental, guerras e repressão política.

Keck e Sikkink (1998) entendem que as recomendações substanciais acerca da questão da violência contra as mulheres, feitas pela primeira vez na reunião de Nairobi, criaram uma categoria para discussão e ação que conectou as preocupações de mulheres de todo o mundo, resultando em uma convergência em torno da questão que reduziu as divisões entre Norte e Sul observadas desde a Conferência do México. Apontando também para uma atenuação das anteriores tensões entre Norte e Sul quanto às prioridades na agenda, Tripp (2006) aduz que, naquele evento, enquanto feministas do Norte vieram a aceitar a importância das preocupações com o desenvolvimento global como relevantes para as mulheres, as do Sul se tornaram mais dispostas a focar na igualdade de gênero. Reforçando este entendimento, para Snyder (2006), apesar dos anteriores conflitos e confrontos, ou talvez justamente por causa deles, um consenso foi encontrado durante a terceira conferência mundial sobre as mulheres à medida em que as do Sul estavam prontas para falar mais livremente sobre relações entre homens e mulheres, e as do Norte, tendo sentido os efeitos da crise econômica devido ao repentino aumento dos preços do petróleo, aceitaram finalmente que fatores globais afetavam as condições

de todas.

Antrobus (2004) lembra que a escolha de Nairobi como localização deu a este evento um significado especial, conferindo às mulheres do Sul a oportunidade de demonstrar a liderança crescentemente adquirida no decorrer da década. Assim elas finalmente assumiam sua própria identidade na comunidade internacional e estavam prontas para redefinir a noção de 'irmandade global' (global sisterhood) para solidariedade global entre mulheres. A divisão Norte-Sul não desapareceu, mas havia uma nova confiança por parte das mulheres do Sul que facilitou a criação de uma parceria entre elas na luta por um mundo melhor. Na análise de Aili Tripp (2006), foi então a partir de 1985, ano da Conferência de Nairobi, que o Sul começou a desafiar de uma forma combinada a dominância ideológica do Norte em definir a agenda internacional das mulheres. Isto coincidiu com uma maior expansão da mobilização transnacional, já que mais de 60% dos participantes em Nairobi eram do Sul. Foi naquele momento, destaca, que o centro geral de gravidade feminista começou a se mover do Norte para o Sul

A conferência de Nairobi encerra a Década Mundial Das Mulheres da ONU, ao longo da qual, conforme Georges Duby e Michelle Perrot (1993), as Nações Unidas colocaram as reivindicações das mulheres na ordem do dia, mobilizando a comunidade internacional em torno desta delicada

questão. Para Francesca Miller (1991), talvez o mais importante legado do Decênio seja que os partidos políticos e governos nacionais procurando legitimidade e clamando o direito de falar por todas as pessoas, passaram a considerar politicamente vantajoso abordar as questões das mulheres.

Ao fazer seu balanço, Peggy Antrobus enfatiza que a Década das Mulheres superou qualquer outra década da ONU, tanto em quantidade quanto em qualidade, com as atividades e comprometimento que promoveu. Isto porque nutriu um movimento que, ao afirmar que o pessoal é político, desafiou dicotomias em muitos níveis e esferas e abrangeu todos os aspectos da vida, dos níveis mais profundos das consciências das mulheres às mais aparentes expressões de agência das mulheres (Antrobus, 2004).

Mas os planos de ação elaborados a partir das três conferências da década sobre as Mulheres, apontam Keck e Sikkink (1998), refletiram fortemente a linguagem e a preocupação sobre o desenvolvimento. Sendo assim, em um senso mais amplo, Antrobus conclui, foi a conquista formal de muitos dos objetivos de curto prazo da Década que revelou suas limitações, já que as alterações de leis e o estabelecimento de políticas e programas para garantir o aumento da participação das mulheres em atividades de desenvolvimento não impediram que sua situação continuasse a se deteriorar, tanto em termos do

aumento da lacuna entre ricos e pobres no interior dos países e internacionalmente. Segundo a autora, no final da Década, os temas da igualdade, desenvolvimento e paz haviam se fundido, e aquelas envolvidas em atividades dentro deste quadro superaram uma definição estreita das questões das mulheres para avançar nas perspectivas em uma série de questões nas conferências globais dos anos 1990, como política macroeconômica, meio ambiente, direitos humanos, população, pobreza, emprego, habitação, alimentação e comércio (Antrobus, 2004).

4. A década de 1990 e a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995)

Como visto no capítulo anterior, o neoliberalismo, posto em prática no final da década de 1970 ao ser adotado como projeto político pelos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, foi se globalizando crescentemente nas últimas décadas do século XX, tendo por ferramenta os grandes desenvolvimentos científicos e tecnológicos que alavancaram aquele período. Após o consenso de Washington, a queda do muro de Berlim e o colapso do regime soviético, a globalização neoliberal ganhou enorme impulso e passou a ser vista como a única alternativa possível. No entanto, a intensificação do neoliberalismo global foi revelando suas próprias limitações e a insustentabilidade de um modelo de desenvolvimento baseada apenas na

lógica de mercado.

Quando seus limites práticos e institucionais foram encontrados e suas consequências econômicas perversas ficaram evidentes a partir do início dos anos 90, conforme Jamie Peck e Adam Tickell (2002), começou a acontecer a segunda mudança nas fases do neoliberalismo. O projeto neoliberal foi então reconstituído para formas mais socialmente intervencionistas, tecnocráticas e institucionalizadas. Neste período de transição, no início dos anos 1990, tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha, no coração do neoliberalismo, as irracionalidades e externalidades do neoliberalismo roll-back começaram a cobrar seu preço e uma significativa retração econômica foi observada. Algumas destas irracionalidades e externalidades apontadas pelos autores foram o alargamento das desigualdades sociais e econômicas, o comprometimento da produção de bens públicos e serviços coletivos e a degradação dos recursos sociais e ambientais.

Ao mesmo tempo em que as desigualdades aumentavam, o mundo se tornava cada vez mais conectado, mais globalizado, e protestos passaram a acontecer no decorrer da década, mais destacadamente em sua segunda metade. As recessões do início dos anos 1990 no Norte Global e a crescente inquietação popular com o processo de retirada do Estado, como ensinam Peck e Tickell (2002), acabaram por minar o neoliberalismo 'roll-back' e fazer surgir o

neoliberalismo 'roll out'. Portanto, deparado com seus próprios limites e problemas decorrentes de uma lógica exclusivamente de mercado, o neoliberalismo se reinventou. Em sua fase 'roll out' ou multicultural, segundo Sonia Alvarez (2014), passou a adotar a noção de corresponsabilidade com a sociedade civil, abrindo espaço ao terceiro setor e também valorizando retoricamente demandas raciais e culturais como uma estratégia inclusiva para a cidadania de mercado, com o intuito de reduzir a pobreza e as desigualdades para favorecer a economia e a governança política.

No âmbito internacional, de acordo com a autora, nesta nova fase do neoliberalismo as instituições intergovernamentais, como o Banco Mundial por exemplo, assumiram como compromisso a redução da pobreza mundial e passaram a dar maior atenção, entre outras questões, à equidade de gênero, ao empoderamento, e à visibilidade da pobreza feminina com o intuito de construir um capital social capaz de promover um desenvolvimento de mercado mais eficiente. Este comprometimento, em uma 'confluência perversa' com a força que ganhava o movimento feminista transnacional na sua busca por justiça social e racial, resultou no que Alvarez (2014) denomina Agenda Global de Gênero (AGG), consolidada naquele período de neoliberalismo 'roll out' ou multicultural. Segundo a autora, a AGG pode ser definida como "um conjunto hegemônico [...] de posições

normativas e prescritivas sobre gênero e desenvolvimento, participação das mulheres, equidade de gênero e outras questões concernentes às mulheres, especialmente mulheres 'pobres e vulneráveis'". (2014, p. 59). Assim, a pobreza das mulheres foi tornada visível para a indústria do desenvolvimento com a ajuda das ativistas feministas e se tornou tema central nos eventos promovidos pela ONU.

A partir desta ótica, a ONU organizou durante os anos 1990 uma série de encontros sobre questões globais, como as conferências sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio em 1992, Direitos Humanos em Viena em 1993, População e Desenvolvimento no Cairo em 1994 e Mulheres em Pequim em 1995. Para Peggy Antrobus (2004), em um certo sentido, a realização destas conferências refletiu mais uma vez (como aconteceu na década de 1970) um reconhecimento tácito da falha em desenvolver políticas e programas de desenvolvimento para cumprir sua promessa de melhorar as condições de vida da maioria da população mundial. Mulheres vindas de inúmeros países participaram ativamente destas conferências, realizando encontros paralelos extraoficiais e pressionando as delegações oficiais para debater e construir alianças (Thayer, 2010), aproveitando a oportunidade para tentar redefinir a agenda e alcançar seus propósitos de um mundo melhor (Antrobus, 2004). De fato, dado o pretense interesse do neoliberalismo

roll-out em lidar com a pobreza global, observa-se um contexto de vontade internacional de enfrentar a questão, como havia acontecido nos anos 1970, na concomitância da segunda década do desenvolvimento com a Década das Mulheres na ONU.

Dentre os esforços e ações da ONU para implementar a AGG na última década do século 20, ganhou destaque a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim em 1995, justamente no início do neoliberalismo 'roll-out' ou multicultural. A exemplo dos dois eventos anteriores em Copenhague e Nairobi, em Pequim também aconteceu, paralelamente à Conferência Principal, um Fórum de ONGs. Conforme Antrobus, a questão dos direitos humanos das mulheres serviu como um tema central para ambos (Antrobus, 2004). Margaret Snyder (2006) lembra que os direitos das mulheres já haviam sido incluídos na agenda da Conferência de Viena em 1993, em cuja preparação prevaleceu o slogan "direitos das mulheres são direitos humanos". Mas a Conferência de Pequim e seus encontros preparatórios, aduz Karen Brown Thompson (2002), tornaram mais concreta a globalização das lutas pelos direitos das mulheres.

Para Aili Mary Tripp (2006), a considerável unidade observada em Pequim em torno da concepção de "direitos das mulheres como direitos humanos" ajudou a aumentar a união dos interesses do Norte e do Sul, superando esta lacuna. Naquele

momento as mulheres do Sul foram especialmente importantes para a percepção das forças globais mais amplas que influenciam o status das mulheres e também para expandir as definições acerca das questões das mulheres. Desta forma, destacaram como as relações de gênero são moldadas por fatores como pobreza, militarização, colonialismo, políticas de ajuste estrutural, débito internacional e relações desiguais de comércio. Foi também durante a conferência de Pequim, segundo Jacqui True e Michael Mintrom (2001), que se consolidou o conceito de *gender mainstreaming* [4], cujas origens remontam aos anos seguintes à Conferência de Nairobi e que, desde então, tem sido adotado pelas organizações internacionais de relevo. Os autores esclarecem que o *gender mainstreaming* constitui atualmente a abordagem oficial para as políticas da ONU e também para a maior parte dos governos e do sistema internacional como um todo.

A conferência marcou ainda, segundo Margaret Snyder (2006), um novo patamar de solidariedade entre governos e delegações de ONGs, apresentando ganhos palpáveis com relação às três conferências anteriores. Evidenciou assim o crescimento exponencial do movimento de mulheres, tanto em números [5] quanto em habilidade de organização e negociação e conquistas intelectuais, oferecendo a oportunidade de compartilhar os resultados de valiosas experiências acumuladas nas conferências anteriores.

Ocorrida no meio da década, Pequim foi a mais importante, expressiva, diversa, ampla e produtiva Conferência sobre as Mulheres no âmbito da ONU e, nas palavras de Margaret Snyder, “a peça central dos fecundos anos 1990” (2006, localização 889). Ao ampliar o alcance do movimento e criar uma maior convergência entre mulheres do Norte e do Sul em torno dos seus direitos humanos, intensificou a transnacionalização dos feminismos, representando o auge desse processo, promovido pelas Nações Unidas e o surgimento de um movimento de mulheres global, heterogêneo e mais inclusivo.

Todas as Conferências Mundiais sobre as mulheres foram organizadas pela Comissão pelo Status das Mulheres da ONU, que tem revisado sistematicamente o progresso na implantação da Plataforma de Ação de Pequim, funcionando como um Comitê Preparatório Ad Hoc para as conferências de avaliação e revisão, como Pequim +5, Pequim +10, Pequim +15, Pequim +20 e Pequim +25. Segundo a própria ONU, em Pequim +5 foram feitas novas recomendações para ação a fim de cumprir os objetivos de Pequim diante de lacunas e desafios persistentes que foram identificados. Posteriormente, em Pequim + 10, +15, +20 e +25 os esforços foram concentrados na realização de balanços dos avanços e desafios para implementação dos acordos feitos em Pequim e Pequim +5, reafirmando e reforçando o comprometimento com

eles e o intuito de promover sua completa e rápida implementação (UN Women, 2021).

Quanto à atuação das Nações Unidas na proteção dos direitos das mulheres no século XXI ganha ainda destaque a criação da ONU mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, surgida em julho de 2010 com o objetivo de acelerar a implementação das metas da Organização sobre a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Sua criação aconteceu com o intuito de criar uma representação única para dirigir as atividades da organização acerca da igualdade de gênero, visando uma maior efetividade (UN Women, 2021).

Contudo, segundo Margaret Snyder (2006), com a chegada do novo milênio os feminismos perderam espaço, poder e influência na estrutura das Nações Unidas, e no início dos anos 2000 apenas duas mulheres permaneceram chefes de grandes organizações dentro da ONU – em um quadro que chamou de ‘backlash do milênio’. Sendo assim, embora se perpetue até os dias de hoje, orbitando em torno da ONU e convivendo com uma nova esfera autônoma e não institucionalizada de atuação que integra o movimento pela justiça global, a transnacionalização dos feminismos no eixo ONU-ONGs passou a acontecer com muito menos efervescência após Pequim.

5. Um olhar dos Feminismos do Sul

sobre a transnacionalização dos feminismos na órbita da ONU

Para Mehmoona Moosa-Mitha e Fariyal Ross-Sheriff (2010), o feminismo denominado internacional - em referência ao que tratamos como transnacional - entendido como articulação entre globalização e feminismos acontecida em torno da agenda da ONU e do discurso liberal de uma luta global pelos direitos humanos das mulheres, teria sido iniciado e em grande medida definido por feministas do Norte. Por isso mesmo, foi fortemente criticado por estar preocupado demais com supostas questões comuns sem levar em conta seriamente as condições específicas das mulheres do Sul, particularmente as opressões que enfrentavam com base na raça e como resultado da colonização. Para as autoras, as feministas do Sul, à semelhança de algumas mulheres no Norte cujas reflexões resultavam de posições de marginalidade (negras, lésbicas e imigrantes), criticaram o feminismo internacional por ser muito universalista em sua orientação. As experiências da opressão de gênero de mulheres brancas, heterossexuais e fisicamente aptas no Norte, argumentavam, eram assumidas como universais.

Conforme visto ao longo das seções anteriores, a consolidação dos feminismos transnacionais na órbita da esfera institucionalizada da ONU passou a reunir crescentemente feminismos do Norte e do Sul Global, cujas tensões eram evidentes já nas

primeiras Conferências do México em 1975 e de Copenhague em 1980. Prevalciam inicialmente as perspectivas dos feminismos do Norte, onde a efervescência de uma nova onda feminista baseada nas demandas e contextos de mulheres das classes médias e altas da Europa Ocidental e Estados Unidos advogava a existência de uma irmandade feminista global (global sisterhood), como teorizado pela autora estadunidense Robin Morgan.

Esta noção de universalidade feminista pressuposta, no entanto, recebeu inúmeras críticas de feministas do Sul por seu caráter etnocêntrico, centrado nas experiências das mulheres do Norte, alheio às relações globais de poder entre Norte e Sul e às necessidades e demandas das mulheres do Sul – relegando-as a um espaço de subalternidade. Para Chandra Mohanty (2003), o entendimento de Morgan se baseou em uma percepção das mulheres como um grupo transcultural homogêneo que apresenta experiências similares e compartilha os mesmos interesses, perspectivas e objetivos. Desta forma, a noção de irmandade global apagaria diferenças materiais e ideológicas de poder entre grupos distintos de mulheres, especialmente entre mulheres do Norte e do Sul.

As tensões entre feminismos do Norte e Sul começaram a diminuir durante a Conferência de Nairobi em 1985, quando o Sul passou a ganhar mais voz e redes feministas criadas por

e para mulheres do Sul começaram também a surgir nos feminismos transnacionais. Estas mudanças, não coincidentemente, aconteceram no momento em que os feminismos pós-coloniais ganharam espaço na Academia do Norte. Neste sentido, importante destacar o entendimento de Amrita Basu (2000), para quem a diminuição da tensão entre movimentos de mulheres do Norte e do Sul pode ser explicada pela crescente influência das mulheres de cor em moldar os debates sobre o feminismo nos Estados Unidos, onde mulheres afroamericanas e latinas elaboraram algumas das primeiras e mais importantes críticas ao universalismo feminista. A perspectiva colonizadora, homogeneizadora e eurocêntrica dos feminismos do Norte, portanto, foi sendo desafiada a partir de meados dos anos 1980 pelas feministas do Sul e pelas teorias feministas pós-coloniais – e mais tarde pelas perspectivas decoloniais (Lugones, 2014).

Segundo Peggy Antrobus (2004), os eventos e a mobilização realizados pelas Nações Unidas em torno das questões das mulheres a partir de 1975 reuniram integrantes do campo das mulheres em desenvolvimento, elaboradores de políticas, pesquisadores, representantes de organizações feministas e indivíduos que se consideravam parte de um movimento de Mulheres. Este processo contribuiu para a construção de um movimento global de mulheres da maior

diversidade imaginável, no qual a interação nem sempre foi fácil e mulheres de diferentes raças, grupos étnicos, países, culturas, filosofias políticas, idades e contextos precisaram superar seus preconceitos, sub-representação e falta de entendimento para trabalharem juntas. Para a autora, se a Década das Mulheres das mulheres havia gerado as atividades e comprometimentos que estimularam movimentos locais de mulheres, e os anos 1980 possibilitaram a elas compreender a conexão entre suas realidades e as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais mais amplas que moldaram essa experiência, a década de 1990 proveu um espaço sem paralelo para o estímulo e fortalecimento de um movimento de mulheres verdadeiramente global. A participação de mulheres nas conferências globais desta década demonstrou o potencial delas como um corpo político determinado para alcançar uma justiça social mais inclusiva e lançar novas luzes sobre os antigos e persistentes problemas da pobreza, marginalidade, abuso de direitos humanos e degradação ambiental (Antrobus, 2004).

Na percepção de Millie Thayer (2010), os eventos promovidos pela ONU sobre as questões das mulheres desde 1975 geraram frutos nos anos 1990 por meio de redes globais e campanhas transnacionais acerca dos mais diversos temas, passando por direitos reprodutivos e violência doméstica. Dentre estas temáticas, Aili

Mary Tripp (2006) afirma, a violência ganhou destaque naquela década, tornando-se a mais dinâmica no âmbito dos direitos humanos globalmente e a mais importante do movimento internacional de mulheres, em torno da qual ativistas estabeleceram redes e alianças ao longo do mundo. Complementando este entendimento, Temma Kaplan (2001) destaca que nas conferências internacionais dos anos 1990, atos de violência como a mutilação genital, a escravidão de empregadas e a violência doméstica passaram a ser caracterizadas como abuso de direitos humanos, como resultado da pressão de grupos populares de mulheres que, ao desafiar as divisões entre público e privado, criaram um terceiro espaço, uma comunidade cívica de seres humanos trabalhadores com necessidades corpóreas que requerem cuidados. Com isto, estas ativistas populares lideraram uma luta ao redor do mundo para forçar a ONU e, através dela, seus governos membros, a não serem mais cúmplices dos abusos contra mulheres. Neste sentido, importa ressaltar o entendimento de Tripp (2006), para quem, apesar da percepção comum no Ocidente de que as ideias relacionadas à emancipação das mulheres se espalharam a partir de lá em direção a outras partes do mundo, de fato as influências sempre foram multidirecionais. E com o passar do tempo as influências exercidas pelas feministas do Sul foram mudando a dinâmica dentro do movimento.

Para Temma Kaplan (2001), em

Pequim a separação entre mulheres do Norte e do Sul teria sido finalmente vencida pelo esforço em definir os direitos das mulheres como direitos humanos, indo além dos nacionalismos para construir uma agenda internacional. Assim, ao contrário do que havia acontecido nas conferências anteriores, nas quais os interesses nacionais prevaleceram sobre os internacionais, e as feministas do Norte e do Sul discordavam sobre suas necessidades e sobre o que tinham em comum, na Quarta Conferência Mundial houve uma convergência quanto às intenções de melhorar as condições das mulheres, sem ignorar as diferenças.

Alvarez (2000) afirma que Pequim ainda evidenciou e reforçou a formação de redes entre vários espaços da política feminista em todo o globo, demonstrando a articulação entre militantes individuais e grupos em uma grande variedade de redes heterônomas de movimentos. Para a autora, especialmente as Conferências Internacionais dos anos 1990, com destaque para Pequim, incentivaram as mulheres, de inúmeras partes do mundo, inclusive do Sul, a intensificarem sua organização transnacional, mas também a desenvolverem políticas feministas regional e globalmente. Houve, por exemplo, uma transnacionalização do movimento de mulheres latino-americanas que, embora já se reunissem regionalmente de forma regular com os Encuentros da década de 1980, ganharam com as

conferências da ONU dos anos 1990 e as redes transfronteiriças lá formalizadas, uma estrutura de ativistas locais e regionais especializadas na atuação transnacional. Assim, uma grande quantidade de antigas reivindicações feministas nacionais e regionais da América Latina passou a integrar com frequência a linguagem dos documentos, discursos e políticas oficiais da ONU e de governos nacionais que avaliam a igualdade de gênero – embora a implementação efetiva ainda seja rara.

As conferências da ONU providenciaram um espaço onde o movimento de mulheres pôde interagir com e desafiar governos a assinar compromissos, declarações e resoluções que mudariam a condição e posição das mulheres (Antrobus, 2004). Além disso, trouxeram preocupações locais para o palco político internacional e para criar oportunidades para que ativistas do mundo todo pudessem compartilhar suas experiências, aprender umas com as outras e desenvolver estratégias para expandir a participação política das mulheres e conter a intensificação de fundamentalismos religiosos, militarização, pobreza e abuso sexual (Naples, 2002),

Contudo, sem deixar de pontuar a importância da ONU, que define como o único fórum no qual o movimento global de mulheres pode se engajar com governos em relação às agendas nas quais estão fortemente investidos, Antrobus (2004) também

chama a atenção para a existência de riscos como a burocratização e a cooptação do movimento de mulheres pela ONU, uma organização marcada por paradoxos e contradições. Assim, de acordo com uma perspectiva dos Feminismos do Sul, sua esfera de atuação trouxe possibilidades e oportunidades, mas também importantes limitações a este movimento mantendo-o, de muitas formas, como uma expressão dos poderes e interesses do Norte.

Nas palavras de Margaret Snyder (2006), a ONU se tornou uma ‘madrinha improvável’ dos movimentos de mulheres ao propor legislações a serem adotadas por todos os países e oferecer chances de encontros através de fronteiras nacionais e regionais. Não há dúvidas de que a ONU representa as forças políticas e econômicas dominantes do Norte Global, condutoras e promotoras da globalização neoliberal e seu discurso de desenvolvimento, com os quais está comprometida. Consequentemente, como ressalta Antrobus (2004), o movimento global de mulheres compartilha o desencantamento de outros movimentos sociais, ONGs e organizações da sociedade civil com relação a um Sistema multilateral comprometido com as forças do neoliberalismo dominadas pelas escolhas políticas da Europa e da América do Norte.

A transnacionalização dos feminismos em torno da esfera institucionalizada das Nações Unidas

continua sendo também bastante problematizada em virtude do protagonismo das grandes ONGs feministas internacionais que estiveram na linha de frente das Conferências Mundiais sobre as Mulheres da ONU (Desai, 2002). Como bem aponta Ara Wilson (2008), a escala de organização transnacional sem precedentes dos feminismos resultante das conferências intensificou, nos anos 1980 e de forma mais acelerada nos anos 1990, o surgimento de organizações de mulheres em torno de questões de gênero, particularmente por meio da nova forma institucional das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na órbita das Nações Unidas. A este processo Wilson chamou 'órbita ONU-ONGs', ressaltando que a partir dos anos 1990 passou a se falar em "ONGuização dos feminismos", levantando preocupações acerca do impacto do seu financiamento por poderosas fundações ou agências governamentais e da profissionalização de ativistas. Para a autora, esta forma institucional favoreceu elites globais e também reforçou a dominação de organizações ocidentais.

Segundo Winifred Poster e Zakia Salime (2002), estudos recentes têm questionado se as ONGs impedem ou promovem o empoderamento das mulheres e a solidariedade internacional, e se eclipsam e cooptar associações locais ou as ajudam a prosperar ao criar redes feministas globais. Contribuindo para o debate, Manisha Desai (2005) lembra que o

espaço transnacional em torno da ONU é dominado por Organizações Não Governamentais dos Estados Unidos e Europa, e mesmo aquelas ONGs focadas em questões de mulheres no Sul Global seguem uma lógica de ajuda a mulheres em países em desenvolvimento. Além disso, a maior influência que os países do Norte apresentam na ONU e a localização de suas sedes em Nova York e Genebra possibilitam que as ONGs de mulheres nos EUA e Europa Ocidental tenham maior facilidade no acesso e familiaridade com elas. Assim, as desigualdades estruturais dentro da ONU são reproduzidas pelas ONGs de mulheres que participam de suas atividades transnacionais.

Um outro problema apontado por Nancy Naples (2002), diz respeito ao processo de profissionalização e institucionalização das práticas feministas gerado pelas ONGs. Conforme a autora, além de muitas terem sido transformadas em profissionais servindo às necessidades dos Estados neoliberais, elas são frequentemente fundadas e conduzidas por mulheres profissionais de classe média e têm tido pouco sucesso na incorporação de mulheres pobres. Neste sentido, estudos na área de feminismos globais frequentemente apontam que grupos de mulheres baseados no Norte ou cujos membros são principalmente mulheres brancas, de classe média e bem-educadas têm geralmente mantido um papel de liderança em organizações feministas nacionais e

internacionais. Além disso, algumas ONGs do Sul Global recebem atenção e suporte do Norte, enquanto grupos populares de base (grassroots) são marginalizados no cenário político global.

No mesmo sentido, Desai (2002) aduz que embora as interações transnacionais tenham crescido, elas ainda reproduzem desigualdades existentes, e mulheres do Norte e mulheres educadas do Sul (integrantes de um segmento privilegiado que representa o Norte no Sul) possuem presença dominante nas redes e ONGs internacionais em relação às mulheres de extratos populares de base (grassroots). Segundo a Autora, outros problemas apontados com relação às interações transnacionais foram a contínua dependência de mulheres e ONGs do Sul de doadores e financiadores do Norte, e a crescente ONGuização do movimento de mulheres, resultando no declínio da crítica radical e aumento da atuação como experts e implementação de programas de doadores nacionais e internacionais. A prevalência das ONGs feministas internacionais como protagonistas na esfera institucionalizada das Nações Unidas, portanto, favorece não apenas as mulheres de países ou regiões do Norte, mas também as privilegiadas de países do Sul, ao mesmo tempo em que exclui e desfavorece as mulheres vindas de extratos populares de base, estejam elas em países ou regiões do Sul ou do Norte Global.

Há que se destacar ainda que a

transnacionalização dos feminismos foi promovida pela ONU e protagonizada por ONGs feministas internacionais a partir dos anos 1980 em torno da noção de desenvolvimento atrelada ao neoliberalismo multicultural. Esta noção, como lembra Sonia Alvarez (2014), tanto facilitou quanto limitou os movimentos feministas e de mulheres no mundo, uma vez que, se por um lado contribuiu para a emergência e a expansão dos movimentos de mulheres no Sul Global e para a crescente transnacionalização dos feminismos, por outro absorveu seletivamente, distorceu, restringiu e politizou suas reivindicações, em um terreno marcado por ambivalências.

Conforme Manisha Desai (2005), o discurso dos direitos das mulheres como direitos humanos é muitas vezes cooptado e utilizado seletivamente em nome de interesses do neoliberalismo multicultural, tendo sido alvo de muitas críticas no período pós-Pequim. Para a autora, o discurso dos direitos coincidiu com a dominação do discurso neoliberal e das políticas de ajuste estrutural e, como fica evidente no trabalho da maior parte das agências da ONU, a coexistência entre eles é viabilizada pela possibilidade de se proferir direitos sem desafiar o neoliberalismo. Desde Pequim, a maior parte dos governos cumpriu seus tratados de comércio ao invés dos seus acordos sobre direitos humanos. Além disso, movimentos e governos fundamentalistas têm usado a mesma abordagem dos direitos para negá-los às mulheres com base em.

alegações culturais. Portanto, apesar do discurso de direitos humanos, que afirma que todos os direitos são universais, inalienáveis e indivisíveis, direitos políticos e culturais têm prioridade sobre direitos econômicos e sociais. Além disso, o crescente militarismo no período pós 11 de setembro mostrou também que a aplicação dos direitos também é seletiva e insuficiente quando se trata de proteger os direitos das comunidades suspeitas de links com terrorismo.

Complementando este entendimento, Amrita Basu (2000) destaca que campanhas em prol dos direitos políticos e civis das mulheres, especialmente em nível transnacional, até hoje são patrocinadas por organizações baseadas no Norte e têm muito mais probabilidade de obter sucesso do que aquelas voltadas à conquista de direitos econômicos e sociais, normalmente conduzidas pelas mulheres do Sul, que continuam lidando mais frequentemente com questões como a pobreza, desigualdade e necessidades básicas. Reivindicações transnacionais pelos direitos das mulheres são, portanto, mais efetivas no combate à violência física do que à violência estrutural.

Mas se as demandas feministas são ressignificadas e muitas vezes tergiversadas quando entram na arena da ONU-ONGs, este processo, como bem destaca a autora, não pode ser visto apenas como mera cooptação, mas também como uma conquista e ocupação destes espaços pelos

movimentos feministas, que com sua atuação foram responsáveis pela ‘absorção’ de suas demandas, criando ferramentas, ainda que simbólicas, de resistência à ofensiva cultural do neoliberalismo – como aconteceu com os documentos e plataformas oficiais minimamente progressistas resultantes dos esforços das feministas durante o processo de Pequim (Alvarez, 2000).

Dado o exposto, são evidentes as limitações do eixo ONU-ONGs diante das demandas e necessidades dos feminismos do Sul, como bem apontam as perspectivas dissidentes, pós-coloniais e decoloniais. Tais perspectivas, em linhas gerais, diante da realidade contemporânea, denunciam o capitalismo mundial em sua forma neoliberal como um dos eixos fundamentais de dominação-exploração da nova ordem mundial que, imbricado com o patriarcado e relações coloniais de poder – os quais intensifica e dos quais se serve – compõe um cenário de violência estrutural que subordina particularmente as mulheres trabalhadoras de cor do Sul. Diante disso, defendem uma prática solidária voltada à construção de coalizões e objetivos comuns a partir das diferenças para lutar contra todas as formas de opressão compartilhadas – o que no cenário contemporâneo, de acordo com Mohanty (2003), significa concentrar esforços na luta contra a globalização neoliberal, que, em suas múltiplas formas de opressão, recoloniza o mundo na virada do século e impõe efeitos nefastos às.

mulheres do mundo, especialmente do Sul.

6. Conclusão

As Conferências Mundiais promovidas pela ONU, assim como seus encontros preparatórios e paralelos, serviram como fóruns de mobilização e reuniram ativistas de todo o mundo, tornando-se um espaço em que alianças feministas transnacionais foram criadas e ampliadas. Enquanto as três primeiras conferências da Década das Mulheres serviram como locais para construir e conectar à rede transnacional emergente, as preparações e a conferência sobre as Mulheres em Pequim em 1995 a estenderam e solidificaram ainda mais.

Com a transnacionalização impulsionada pela ONU, os feminismos do Norte e do Sul foram colocados em contato como nunca antes. A partir daí, o Sul passou gradativamente a ter maior espaço e influência na esfera transnacional, até que finalmente em Pequim, a tensão entre Norte e do Sul teria se atenuado, ao menos retórica e discursivamente. Embora as pautas dos movimentos não sejam estanques, esta aproximação significou um maior entendimento das distintas condições estruturais que impactam de forma mais intensificada e complexa as mulheres do Sul. Além de unificados em torno dos direitos humanos das mulheres e mais representativos do Sul, os feminismos transnacionais na órbita da ONU se tornaram ao longo do último quarto do século XX,

crescentemente globalizados e compostos por uma variedade de temáticas, formando redes cada vez mais heterogêneas.

No entanto, ainda que a partir dos anos 1990 a lacuna entre os feminismos do Norte e do Sul tenha sido superada na Declaração e Plataforma de ação de Pequim, tais conquistas, em um cenário de intensificação da globalização neoliberal e de comprometimento da ONU com as forças neoliberais do Norte Global, não impediram que a situação das mulheres e dos demais subordinados do mundo continuasse se deteriorando nas últimas décadas do século XX, especialmente no Sul.

Embora tenha representado em alguma medida uma vitória dos movimentos de mulheres, suas pressões e esforços, a transnacionalização dos feminismos em torno da esfera institucional das nações unidas significou também uma assimilação seletiva destas demandas para servir aos grandes poderes globais e aos objetivos de desenvolvimento do neoliberalismo. Houve, portanto, uma efetivação seletiva dos direitos humanos das mulheres, em particular quanto aos direitos econômicos e sociais das mulheres do Sul, além da desmobilização, instrumentalização e reforço dos papéis tradicionais de gênero nos feminismos locais, resultantes do protagonismo e da atuação profissionalizada e verticalizada de grandes ONGs feministas internacionais.

Como se pode concluir, o eixo

ONU-ONGs, por estar vinculado a instituições internacionais comprometidas e alinhadas com o Norte Global, é ainda hoje marcado pela dominância dos interesses e perspectivas dos seus feminismos, por isso mesmo, cúmplice dos impactos das relações coloniais de poder no cenário global contemporâneo. Possui assim limitações evidentes no que se refere à construção de uma agenda feminista global a partir de coalizões efetivamente horizontais entre distintos grupos, carecendo de percepções e práticas interseccionais e solidárias capazes de lançar luzes sobre a complexidade de subordinações a que estão submetidas as mulheres, particularmente do Sul, em seus múltiplos lugares sociais, e de construir objetivos políticos a partir de uma prática interseccional e solidária.

Notas

[1] O presente artigo foi extraído de: REYNALDO, Renata Guimarães. *Marcha Mundial das Mulheres: um enfoque pós/decolonial sobre interseções e solidariedade no feminismo transnacional*. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

[2] Como elucida Margaret Snyder, o Consenso de Washington consistiu no acordo entre o Banco Mundial, o FMI e o tesouro dos Estados Unidos acerca das condições que os países em desenvolvimento deveriam cumprir para obter crédito. Tais condições, que foram definidas nos programas de ajuste estrutural (PAEs) do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, deram prioridade à economia de mercado com relação aos objetivos de equidade. Entre outras exigências do FMI estavam a redução severa nos gastos em saúde e educação, conferindo mais carga e responsabilidade às mulheres que cuidavam de crianças e dos idosos. In: SNYDER, Margaret. *Unlikely godmother: the UN and the global women's movement*. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism: transnational women's activism, organizing and human rights**. New York: New York University Press, 2006.

[3] Sobre o assunto, ver: REYNALDO, Renata Guimarães. O fenômeno global

e o impacto dos movimentos feministas: as lutas das mulheres no mundo. Ijuí: Unijuí, 2015.

[4] Como definido por um grupo de especialistas comissionados pelo Conselho da Europa, (1998) 'Gender mainstreaming é a (re)organização, melhora, desenvolvimento e avaliação dos processos políticos para que uma perspectiva de igualdade de gênero seja incorporada em todas as políticas, em todos os níveis e estágios, pelos atores normalmente envolvidos na construção das políticas. In: COUNCIL OF EUROPE. **Gender Mainstreaming: Conceptual Framework, Methodology and Presentation of Good Practices**. Final Report of Activities of the Group of Specialists on Mainstreaming. Rapporteur Group on the Equality Between Women and Men, GR-EG. Committee of Ministers. Strasbourg: 1998.

[5] Conforme informação obtida no site das ONU Mulheres, participaram da Conferência principal mais de 6.000 delegadas governamentais e mais de 4.000 representantes credenciadas de ONGs. Já o Fórum de ONGs acontecido paralelamente em Huairon teve aproximadamente 30.000 participantes. In: UN WOMEN. *How we work. Intergovernmental support. World Conferences on Women*. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>. Acesso em 28 dez 2021.

Referências

ALVAREZ, Sonia. A "globalização" dos Feminismos Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 383-426.

_____. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 02, n. 01, p. 57-77, 2014.

ANTROBUS, Peggy. **The Global Women's Movement: origins, issues and strategies**. London: Zed Books, 2004.

BASU, Amrita. Globalization of the Local/Localization of the Global: Mapping Transnational Women's Movement. **Meridians**, v. 01, n. 01, p. 68-84, 2000.

DESAI, Manisha. Transnationalism: the face of feminist politics post-Beijing. **International Social Science Journal**, v. 57, n. 184, p. 319-330, jun. 2005.

_____. Transnational Solidarity: Women's Agency, Structural Adjustment and Globalization. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Orgs.). **Women's Activis and Globalization: Linking Local Struggles and Transnational Politics**. New York /

London: Routledge, 2002, p. 15-32.

KAPLAN, Temma. Women's Rights as Human Rights: Grassroots Women Redefine Citizenship in a Global Context. In: GRINSHAW, Patricia; HOLMES, Katie; LAKE, Marilyn. **Women's Rights and Human Rights: International Historical Perspectives**. New York: Palgrave, 2001, p. 290-308.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MILLER, Francesca. **Latin American women and the search for social justice**. Hanover: University Press of New England, 1991.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durham / London: Duke University Press, 2003.

MOOSA-MITHA, Mehmoona; ROSS-SHERIFF, Fariyal. Transnational Social Work and Lessons Learned From Transnational Feminism. **Journal of Women and Social Work**, v. 25, n. 02, p. 105-109, 2010.

- NAPLES, Nancy. The Challenges and Possibilities of Transnational Feminist Praxis. In: NAPLES, Nancy A.; DESAI, Manisha (Orgs.). **Women's Activism and Globalization: Linking Local Struggles and Transnational Politics**. New York / London: Routledge, 2002, p. 263-278
- PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing Space. **Antipode**, v. 34, n. 3, 2002, p. 380-404.
- REYNALDO, Renata Guimarães. **O fenômeno global e o impacto dos movimentos feministas: as lutas das mulheres no mundo**. Ijuí: Unijuí, 2015
- SNYDER, Margaret. Unlikely godmother: the UN and the global women's movement. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism: transnational women's activism, organizing and human rights**. New York: New York University Press, 2006
- THAYER, Millie. Translations and Refusals: Resignifying Meanings as Feminist Political Practice. **Feminist Studies**, v. 36, n. 1, pp. 200-230, 2010.
- TRIPP, Aili Mari. The evolution of transnational feminisms: consensus, conflicts and new dynamics. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism: transnational women's activism, organizing and human rights**. New York: New York University Press, 2006.
- TRUE, Jacqui; MINTROM, Michael. Transnational Networks and Policy Diffusion: The Case of Gender Mainstreaming. **International Studies Quarterly**, v. 45, n. 1, p. 27-57, 2001.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. **Short history of CEDAW convention**. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/history.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2021.
- UN WOMEN. Website. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en>>. Acesso em 28 dez 2021.
- WILSON, Ara. The U.N.-NGO Orbit. SMITH, Bonnie G. (Org.). In: **The Oxford Encyclopedia of Women in World History**. Oxford: Oxford University Press, 2008, v. 1, p. 297-298.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as relações entre feminismos do Norte e do Sul Global no processo de consolidação dos feminismos transnacionais ocorrido em torno da esfera institucionalizada das Nações Unidas e protagonizado por grandes ONGs feministas internacionais. A análise terá por base as perspectivas feministas pós-coloniais, decoloniais e dissidentes, aqui chamadas Feminismos do Sul. A partir da compreensão contextualizada da dinâmica destas relações durante as quatro Conferências Mundiais sobre as mulheres, aponta-se para as problemáticas do eixo ONU-ONGs no que tange às perspectivas de desenvolvimento adotadas, à cooptação das demandas dos movimentos, aos limites para efetivação dos direitos sociais e econômicos formalmente assegurados e aos impactos do protagonismo das ONGs nos movimentos locais de mulheres do Sul.

Palavras-chave: Transnacionalização. Feminismos. Eixo ONU-ONGs. Feminismos do Sul.

Abstract

The objective of the present paper is to analyse the relations between feminisms from the Global North and the Global South in the process of consolidation of transnational feminisms conducted around the institutionalized sphere of the United Nations and led by big international NGOs. The analysis will be based on postcolonial, decolonial and dissident perspectives, here called 'Feminisms from the South'. From the contextualized comprehension of the dynamics of these relations during the four World Conferences on Women, the study points to the problems of the UN-NGOs axis regarding the development perspectives, the cooption of the movements' demands, the limits for the effectiveness of the social and economic rights formally guaranteed and the impacts of the NGOs' protagonism on local women's movements from the South.

Keywords: Transnationalization. Feminisms. UN-NGOs axis. Feminisms from the South.